

A INCORPORAÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS AGROINDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE DERIVADOS LÁCTEOS DE MINAS GERAIS

Viviane Santos Pereira

*Professora de Recursos Humanos
Doutoranda em Administração
vivianesantospereira@yahoo.com.br*

Anna Carolina Salgado Jardim

*Mestre em Administração
florazuldealecrim@yahoo.com.br*

Antônio Carlos dos Santos

*Doutor em Administração pela Universidade Federal
de Lavras e Doutorado em Information Management
pela University of London, UL, Inglaterra. Professor
do MBA em Tecnologia de Informação da USP
acsantos@ufla.br*

RESUMO

Busca-se identificar as preocupações ambientais das agroindústrias exportadoras de derivados lácteos. Especificamente, pretende-se identificar as exigências de seus mercados de atuação, os problemas ambientais gerados pela atividade, bem como as práticas adotadas para mitigá-los. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e do tipo exploratória. Foram pesquisadas seis agroindústrias do Estado de Minas Gerais por meio de entrevistas individuais gravadas, além do levantamento de dados secundários. Para a análise dos dados, optou-se pela abordagem interpretativa. Observou-se que a incorporação da variável ambiental nestas agroindústrias está relacionada essencialmente aos aspectos legais e econômicos, sendo que a variável ambiental configura-se apenas como meio pelo qual os objetivos empresariais são atingidos.

Palavras-chave: Agroindústrias. Variável Ambiental. Exportação, Minas Gerais. Leite.

ABSTRACT

This article aims to identify dairy exporting agribusinesses' concerns about environment. Specifically, it is intended to identify their market segments' requirements and environmental problems created by their activity, as well as the practices adopted to mitigate them. This is an exploratory qualitative research. Six agribusinesses from the state of Minas Gerais had been searched by means of individual recorded interviews and a secondary data survey had been conducted. For data analysis, an interpretative approach had been chosen. It was observed that the environmental variable incorporation in these agribusinesses is essentially related to legal and economic aspects, considering that the environmental variable only represents a way of achieving business objectives.

Key words: Agribusinesses. Environmental Variable. Exportation. Minas Gerais. Milk.

1 INTRODUÇÃO

Considerando o agronegócio como um dos fundamentos da sociedade, a sua sustentabilidade é crucial para que se atinja a meta de uma sociedade sustentável em sua integralidade. Muitos dos impactos negativos sobre o meio ambiente são determinados por ações ligadas ao agronegócio, tais como queimadas, erosão, poluição do solo, da água e do ar, que consequentemente afetam a qualidade de vida.

Sabe-se que a produção agropecuária ou industrial produz resíduos. A própria palavra resíduo demonstra algo que pode oferecer prejuízo ao meio ambiente. Vários sistemas de produção agroindustrial são geradores de grandes volumes de rejeitos com alto passivo ambiental. As agroindústrias em geral, principalmente a de derivados lácteos (em virtude da sua alta geração de passivos ambientais), vêm passando, nos últimos anos, por constantes aperfeiçoamentos no seu sistema de processamento de alimentos, mediante utilização de tecnologias avançadas e exigências de mercado.

As agroindústrias de produtos lácteos são de grande importância para a economia do Estado de Minas Gerais, tanto no aspecto econômico como no social, e demonstra grande potencial para atuar no mercado internacional. O setor agroindustrial nacional, entretanto, sobretudo o mineiro, em fase de reorganização e adequação aos novos padrões de produção e comercialização, enfrenta o desafio de crescer de modo competitivo e sustentável, para atender à demanda interna e conquistar e manter espaços de mercado externo, fornecendo produtos e processos de qualidade, com sustentabilidade e a preços competitivos.

A gestão ambiental surge, portanto, da necessidade de o ser humano organizar melhor suas diversas formas de se relacionar com o meio ambiente. Segundo Dias (2006b), do ponto de vista empresarial, gestão ambiental é a expressão utilizada para se denominar a gestão empresarial que se orienta para evitar, na medida do possível, problemas para o meio ambiente. A gestão ambiental é o principal instrumento para se obter um desenvolvimento industrial sustentável.

Uma mudança na atitude em relação ao meio ambiente destas empresas evoluiu e a cooperação entre órgãos responsáveis pela gestão ambiental, grupos ambientais e administradores de empresas tornou-se mais comum. Novas prioridades, no entanto, precisarão ser definidas para as organizações, baseadas nos princípios da sustentabilidade e não do crescimento exponencial. Esta incorporação de práticas ambientais vai além do cumprimento das exigências legais e de mercado, porque se trata de uma mudança profunda nos valores das pessoas, sobretudo de uma sociedade.

Ante esse contexto, este artigo tem como objetivo identificar as preocupações ambientais das agroindústrias exportadoras de derivados lácteos em Minas Gerais. Mais especificamente pretende-se saber:

- Quais são as exigências ambientais dos mercados de atuação?
- Quais são os principais problemas ambientais gerados pela atividade produtiva?

- Quais as práticas ambientais adotadas pelas agroindústrias?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão ambiental nas empresas

De acordo com Donaire (1995), nas últimas décadas ocorreram grandes mudanças no ambiente em que as empresas operam: as empresas que eram vistas apenas como instituições econômicas com responsabilidades referentes a problemas econômicos fundamentais presenciam o surgimento de outros papéis que devem ser desempenhados, como resultado das alterações no ambiente onde operam. A sociedade ficou mais atenta ao comportamento ético das empresas, bem como à atuação de seu corpo de executivos, o que resulta em novas leis e regulamentos que, por consequência, provocam o surgimento de novas estratégias.

Essa maior preocupação com os impactos ambientais dos processos produtivos torna necessária, para a sobrevivência das organizações, a adoção de medidas que conduzam a um desempenho ambiental satisfatório. A responsabilidade ambiental passa a ser encarada como necessidade de sobrevivência, levando empresas à adoção de estratégias diferentes, marcada por um comportamento ético-ambiental da firma (MAIMON, 1994).

Dias (2006a) salienta que as empresas são as responsáveis principais pelo esgotamento e alterações ocorridas nos recursos naturais, de onde obtêm os insumos que serão usados para obtenção de bens para uso das pessoas. Essa atividade de grande utilidade realizada pelas organizações, no entanto, nos últimos anos, está quase ficando num segundo plano, em função dos problemas ambientais causados pelas indústrias; estes problemas se tornam o aspecto mais visível, na maioria das vezes, de sua relação com o ambiente natural. O papel de vilões do meio ambiente que desempenham as empresas, entretanto, tem sua razão de ser, pois são poucas, proporcionalmente, aquelas que se preocupam e tornam mais eficientes ecologicamente os seus processos produtivos, como o demonstram os dados estatísticos mundiais e nacionais. E, mesmo quando o fazem, a iniciativa é tomada mais como uma resposta a uma exigência dos órgãos governamentais do que por assumirem posição de responsabilidade social ambiental. O importante papel desempenhado por essas unidades produtivas, porém, é inegável e imprescindível, e somente com o avanço da adoção de sistemas de gestão por parte das empresas há perspectiva de perseguir para um desenvolvimento minimamente sustentável.

A maioria das empresas brasileiras ainda age de forma quase exclusivamente reativa aos problemas ambientais. A incorporação da variável ambiental é feita basicamente por meio da fiscalização das instituições públicas ambientais e da pressão ecológico-social, tanto local quanto internacional. Muitos empresários ainda não aceitam a possibilidade de se obter, conjuntamente, o crescimento econômico e a proteção do meio ambiente. Na maioria das vezes, a prática ambiental restringe-se ao cumprimento das normas de poluição e aos relatórios de impacto ambiental (MAIMON, 1992).

Mesmo assim, as exigências em qualidade do meio ambiente e de vida estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e das empresas. E existe consenso, em todos os setores, de que os cidadãos estão adotando ou irão adotar atitude de respeito e de conservação com a natureza e o meio ambiente. Por isso, a sociedade atual requer uma nova posição de todos os setores sobre a sua forma de desenvolvimento econômico e socioambiental, principalmente para empresas ligadas ao agronegócio que trabalham com alimentos para consumo, fonte vital para qualquer ser humano.

Estes problemas ecológicos, como todos os outros grandes problemas do nosso tempo, não podem ser entendidos isoladamente. São sistêmicos e sua compreensão e solução requerem um novo tipo de pensamento sistêmico (CALLENBACH et al., 1993). A partir daí, é feita a distinção entre administração ecológica e administração ambiental, esta última associada à ideia de resolver os problemas ambientais em benefício da empresa. Ela carece de uma dimensão ética e suas principais motivações são a observância das leis e a melhoria da imagem da empresa. A administração ecológica ou gerenciamento ecológico, ao contrário, é motivada por uma ética ecológica e por uma preocupação com o bem-estar das futuras gerações. Seu ponto de partida é uma mudança de valores na cultura empresarial.

Cajazeira (1998) acentua que as preocupações globais em relação às questões ecológicas foram transferidas para as indústrias sob as mais diversas formas de pressão (dentre elas as financeiras, dos seguros, da legislação etc.).

O envolvimento das organizações com as questões sociais e ambientais contribui para a sustentabilidade, além de se tornar um diferencial ante as oportunidades de negócios. De acordo com Donaire (1995), a preocupação e a conscientização de muitas organizações com o problema de poluição fazem com que elas reavaliem o processo produtivo, buscando a obtenção de tecnologias limpas e o reaproveitamento dos resíduos.

Para esse autor (1995), as organizações interessadas em incorporar em seu planejamento estratégico e operacional a gestão ambiental normalmente utilizam sistemas de administração ambiental, objetivando a melhoria do desempenho ambiental da empresa, prevenção da poluição e o cumprimento da legislação ambiental aplicável. Trata-se de um processo cíclico, em que o sistema é revisto e avaliado periodicamente, de modo a identificar oportunidades de melhoria. (SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL, 2004)

Por intermédio de um sistema da gestão ambiental (SGA), a organização otimiza seus processos de produção, reduz a produção de resíduos, tem melhor aproveitamento dos insumos, conquista clientes e abre as portas do comércio internacional mediante as certificações. Desta forma, segundo Barbieri (2006, p. 183), "[...] poderá equilibrar e integrar interesses econômicos e ambientais e alcançar vantagens competitivas e significativas."

Nascimento e Poledna (2002) ressaltam que a norma ISO 14000 é desenvolvida desde 1993 pelo Comitê Técnico (TC) 207 ISO com o objetivo de fornecer às empresas e demais organizações de todo o mundo uma abordagem comum da gestão ambiental.

Atualmente um pré-requisito fundamental para as empresas que tencionam escoar seus produtos em um contexto de mercado globalizado com a melhoria de seu desempenho ambiental é obter a certificação de um sistema da gestão ambiental pela ISO 14000, segundo Seiffert (2006), que determina a competitividade para as empresas de todos os perfis, sendo elas de médio ou pequeno porte.

A certificação ambiental desses programas é um mecanismo que permite se formalizar a internalização do sistema e dos instrumentos previstos na política ambiental da organização (Certificação e Gestão Ambiental - CGA, 2004). A norma NBR ISO 14001 de certificação, de acordo com ABNT (1995), contém os requisitos para a implantação de um sistema de administração ambiental em uma empresa, podendo ser aplicada a qualquer atividade econômica. Com certeza, a visibilidade de um certificado diante das exigências de certos mercados influencia fortemente a decisão de muitas organizações.

De acordo com Faria (2000), existem outras maneiras de uma organização estabelecer um gerenciamento dos recursos naturais utilizados por ela. Pode-se certificar por selos verdes ou por meio de outras normas os produtos fabricados ou pode-se também adotar outros modelos de gerenciamento ambiental, denominados produção limpa, propostos pela United Nations Environmental Program (UNEP) (FURTADO, 1998).

Os modelos da gestão ambiental incorporam a ideia de prevenção da poluição e encaram os problemas ambientais sob uma visão mais ampla, que pode ser alinhada à estratégia da empresa. Esses modelos, embora representem de modo simplificado a realidade empresarial, permitem orientar as decisões sobre como, quando, onde e com quem abordar os problemas e como essas decisões se relacionam com as demais questões empresariais.

Como cada modelo apresenta pontos fortes e fracos, é possível combinar seus elementos para criar um modelo próprio, uma vez que eles não são mutuamente exclusivos. Esses modelos ou suas variações permitem implementações isoladas, ou seja, em uma dada empresa, com seu próprio esforço, podem-se adotar um desses modelos, embora sempre haja a necessidade de articulação com fornecedores, transportadores, recicladores, entidades apoiadoras e outros agentes (BARBIERI, 2006).

Adequar-se às normas traz a implicação de custos, e estes custos tendem a aumentar na medida que os requisitos se tornam mais restritivos. A maneira de adequar os investimentos em gestão ambiental na empresa faz parte de sua estratégia e, para ser eficiente, ela deve estar atenta às mudanças de mercado e da sociedade.

Dessa forma, Rodrigues (2004) comenta que as empresas ganham competitividade por meio da gestão ambiental, tanto para a sua sobrevivência no mercado global quanto para controle dos aspectos ambientais, garantindo a sustentabilidade do desenvolvimento e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade ambiental e de vida da população.

Porter (1991) assinala que o sucesso competitivo será reforçado por mover-se na dianteira, incorporando evoluções e inovações tecnológicas e as necessidades dos clientes. O movi-

mento com esses condicionantes, apesar de incerto, possibilita crescimento e sustentação das vantagens competitivas com relação aos concorrentes. Então, se pode concluir que os benefícios competitivos advindos da gestão ambiental podem ser definidores para aquelas empresas que se valerem da dianteira das introdução de mudanças técnicas e organizacionais, alimentadas por inovações substantivas.

Nesse sentido, Porter (1999, p.372) evidencia que as normas ambientais elaboradas de forma adequada são capazes de desencadear inovações que reduzem os custos totais de um produto ou aumentam seu valor. Essas inovações permitem que as empresas utilizem uma gama de insumos de maneira mais produtiva – abrangendo matéria-prima, energia e mão de obra – compensando, assim, os custos da melhoria do impacto ambiental e resolvendo o impasse.

2.2 A questão ambiental nas agroindústrias de derivados lácteos

Alencar et al (1999) comentam que o chamado processo de globalização passou a exigir uma nova atitude das agroindústrias. Assim, elas devem se adaptar às exigências do mercado onde atuam para poderem concorrer, sendo levadas a direcionar e maximizar a eficiência da pesquisa tecnológica, da assistência técnica, do uso dos investimentos e insumos em geral que os agricultores adquirem do montante do complexo agroindustrial. Outra exigência para manter e ampliar mercados refere-se ao controle de qualidade do produto.

Em Minas Gerais, a agroindústria é um dos principais setores da economia, tanto no aspecto econômico como no social. Um dos segmentos mais importantes do setor agroindustrial mineiro é o de laticínios, que responde por, aproximadamente, 15 bilhões desse total e que representa 33% dos estabelecimentos industriais desse tipo do Brasil (SILEMG, 2004). O segmento tem grande representatividade na economia mineira. Existem cerca de cinco mil laticínios no País, 50% deles localizados em Minas Gerais. Desses, 80% correspondem a micro e pequenas empresas que, em sua maioria, não realizam o tratamento das águas residuárias e 20% correspondem a médias e grandes empresas.

A saturação de mercado interno e a globalização constituem aspectos que contribuem para a busca de expansão de negócios pelas agroindústrias, sendo a exportação uma saída para o segmento. Fazendo parte de um espaço integrado globalmente e bastante competitivo, mudanças, como avanços tecnológicos, novos métodos de produção e de produtos e o comportamento ambiental, passam a ter importância fundamental nos processos de produção, comercialização e consumo.

Este mecanismo de cobrança faz com que as agroindústrias de derivados lácteos, pelo fato de ocasionarem grande impacto negativo ao meio ambiente, adotem medidas que garantam uma performance ambiental menos degradante. Muitas destas empresas pioneiras estão, agora, aperfeiçoando tecnologias de produto e processo que formarão a próxima geração de produtos, em que os impactos ambientais serão balanceados com os anseios dos consumidores quanto a desempenho e preço. Nota-se, em várias agroindústrias, a procura por um número cada vez

maior de produtos que contenham selos de certificação, que garantam que estes produtos sejam ambientalmente seguros e a procura por processos mais limpos.

Os principais problemas ambientais causados por agroindústrias de produtos lácteos relacionam-se, primeiramente, ao destino de parcela não aproveitada do soro lácteo, quando lançado diretamente nos cursos d'água. De acordo com Machado et al. (2002), citado por Sousa (2003), este pode ser o maior impacto ambiental, uma vez que a composição do soro apresenta uma demanda biológica de oxigênio (DBO) muito alta, tornando este resíduo altamente poluente e com uma concentração de matéria orgânica de cem a duzentas vezes maior do que a o lixo doméstico.

Outro problema de grande importância relaciona-se aos resíduos líquidos industriais (detergentes, lubrificantes, condimentos diversos etc.) encontrados diluídos nas águas de lavagem de tanques, nas tubulações, nos pisos e nas demais instalações das indústrias. Este resíduo, de acordo com Machado et al. (2002), citado por Sousa (2003), deve ser tratado em estações de tratamento (ETEs), já que não podem ser depositados nos fluxos de água do modo como saem da indústria e nem dispostos no solo, pois, assim, podem contaminar o lençol freático.

As agroindústrias também produzem resíduos sólidos, lixo doméstico, que devem ser dispostos de maneira adequada para evitar problemas ambientais. Estes resíduos sólidos podem ser separados, sendo muitos deles reaproveitados por meio de reciclagem, esterilização etc. A reciclagem se tornou uma opção bastante viável, do ponto de vista econômico, ambiental e social.

O descaso de muitas agroindústrias de derivados lácteos em relação ao meio ambiente, despejando resíduos em locais impróprios sem os cuidados prévios necessários, produz resultados desastrosos para o meio ambiente. Nos rios, por exemplo, a gordura e os outros detritos produzidos pela indústria provocam a proliferação de microorganismos que consomem o oxigênio da água e, em situações críticas, causam grande mortalidade de peixes.

2.3 As agroindústrias de derivados lácteos, a variável ambiental e o mercado externo

Nos últimos anos no Brasil, cresceu significativamente o número de exportações de produtos lácteos. De acordo com Castro (2004), o Brasil tende a aumentar a sua participação no comércio internacional de produtos do agronegócio, pois possui áreas agricultáveis ainda inexploradas e pela possibilidade concreta de iniciar e/ou continuar acontecendo ganhos de produtividade substanciais, via inovações tecnológicas e uso correto de tecnologia.

Por isso, Kitamura (2003) comenta que as mudanças recentes das empresas têm intensa viés ambiental: o de indução de mudanças a partir do mercado externo. Tanto o consumidor comum passa a sinalizar padrões de qualidade e ambiental quanto os órgãos da gestão ambiental nacional e multilaterais começam a traduzir preferências em normas, protocolos e convenções ambientais que passam a regular o comércio agropecuário internacional.

Outro aspecto de fundamental importância relaciona-se à criação de barreiras para atuação no mercado. Os países “desen-

volvidos” e os mais protecionistas, principalmente, passarão a impor barreiras ambientais não tarifárias, alegando que os países em desenvolvimento possuem leis ambientais menos rigorosas do que as suas, o que resultaria em custos mais baixos – também chamado de *dumping* ecológico – e, conseqüentemente, menores preços praticados no mercado internacional (KITAMURA, 2003).

A intensificação da abertura comercial brasileira durante a década de 1990 pode ter levado a uma especialização maior em atividades poluidoras, em virtude do alto potencial poluidor da produção industrial brasileira. Por outro lado, expôs as empresas brasileiras à concorrência internacional, mais acirrada do que a interna, sendo as exportações brasileiras passíveis de restrições comerciais de caráter ambiental. A questão ambiental começou, portanto, a fazer parte da gestão empresarial, principalmente das empresas de inserção internacional – seja por meio de exportações, de participação acionária estrangeira, de filiais de multinacionais ou da dependência de financiamentos de bancos internacionais, que condicionam os empréstimos a relatórios de impacto ambiental (RIMA) (YOUNG & LUSTOSA, 2004).

Para os autores (op. cit.), algumas empresas, principalmente aquelas mais expostas à concorrência internacional, estão passando de uma posição reativa, ou seja, respeitando as normas somente sob pressão da fiscalização, para uma atitude proativa, incorporando comportamento ecologicamente mais correto e antecipando suas ações em face das regulamentações.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é considerada de natureza qualitativa e exploratória. Um fundamento teórico de pesquisa do tipo qualitativa é a fenomenologia, que busca compreender o significado que os acontecimentos têm para pessoas comuns, em situações particulares, enfatizando-se a importância da interação simbólica e da cultura para a compreensão do todo. A pesquisa exploratória visa a prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso, é apropriada para os primeiros estádios da investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são, geralmente, poucos ou inexistentes. Para a coleta de dados, foram usados levantamentos em fontes secundárias de dados, entrevistas individuais e pessoais gravadas (MATTAR, 1993).

Na coleta de dados, optou-se por entrevista gravada por meio de roteiro, tendo sido entrevistados, pessoalmente, os dirigentes ou responsáveis pela gestão ambiental de seis agroindústrias exportadoras de derivados lácteos do Estado de Minas Gerais.

Foram estudadas seis empresas exportadoras de derivados lácteos em Minas Gerais com volume de captação de leite variados, desde empresas que declararam ter volume de captação em torno de 35.000 litros a empresas que chegam ter captação de até 800.000 litros/dia. Tornou-se necessário fazer uma diferenciação entre estas agroindústrias, as quais foram divididas conforme o volume de captação de leite por dia, sendo separadas em empresas de pequeno, médio e grande porte de acordo com esse volume. As empresas A e B, com captação até

100.000 litros de leite por dia, foram consideradas como de pequeno porte; as empresas C e D, com de captação entre 100.001 a 500.000, como de médio porte; e as empresas E e F, com captação acima de 500.001 litros por dia, como de grande porte.

Este estudo está baseado na abordagem interpretativa para análise dos dados, pois visou analisar as preocupações ambientais que os agentes sociais (dirigentes das empresas que exportam derivados lácteos) possuem com base nas suas visões e percepções sobre parte do mundo em que atuam. Para a abordagem interpretativa ou teoria social, de acordo com Alencar & Gomes (1998), a essência da vida social está baseada na habilidade que os seres humanos possuem de examinar o que acontece a sua volta e, a partir daí, escolher como agir à luz desta interpretação. Embora ela tente explicar os motivos pelos quais as pessoas se comportam de determinada maneira, tal explicação não repousa exclusivamente na influência de fatores externos aos indivíduos (“estrutura de valores e normas” e “desigualdade estrutural”).

Esse modo de conceber a realidade enfatiza a necessidade de compreender o significado que as pessoas atribuem aos objetos de orientação que formam a situação na qual atuam. Para Alencar & Gomes (1998), essa articulação quer dizer que significado não existe no vácuo, mas para um indivíduo específico ou grupo de indivíduos em um dado contexto. Em segundo lugar, admite-se que, em se tratando de outros indivíduos e outros contextos, o mesmo objeto poderá ter diferentes significados. Assim, pode-se distinguir, em um objeto de orientação, diferentes significados, e isto não quer dizer que o objeto de orientação e o seu significado sejam fisicamente separáveis, mas que ele tem duas descrições, em uma das quais ele é caracterizado em termos do significado para o indivíduo.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

4.1 Exigências ambientais dos mercados de atuação

Ao contrário do que dizem autores como Donaire (1995), Alencar et al. (1999) e Callenbach et al. (1993), na prática, a percepção que as agroindústrias exportadoras de derivados lácteos estudadas têm sobre as exigências ambientais é de que os órgãos de controle são os responsáveis pela adoção de uma atitude ambientalmente correta. Isto quer dizer que estas empresas não se sentem pressionadas nem pelo mercado interno, nem pelos próprios consumidores, corroborando a ideia de Maimon (1992).

Todas as agroindústrias declararam intenção em aumentar o volume de exportação, e os motivos para esta estratégia são aumentar a rentabilidade da empresa, trabalhar com um mercado maior e ficar menos dependente do mercado brasileiro. Para alcançar estes objetivos, a gestão ambiental é um aspecto que está se tornando fundamental no gerenciamento de todo tipo de empresa.

A maioria das agroindústrias de derivados lácteos estudadas, assim como grande parte das do Brasil, iniciou suas exportações em torno de 2001, época a partir da qual as políticas públicas brasileiras começaram mais intensamente a favorecer e incentivar o comércio destes produtos no mercado externo. Para que estas empresas pudessem atuar no mercado externo, elas

necessitaram cumprir ou estar em dia com a legislação ambiental vigente, colaborando, de maneira significativa, para que nos últimos anos tenha aumentado a procura de processos e produtos ambientalmente mais corretos.

Uma pequena parte das empresas estudadas não sente pressão do mercado interno com relação à sua atitude ambiental. Seus sócio-diretores argumentam que, apesar de ser crescente a discussão sobre o tema, ainda não há influência por parte de outros grupos de interesse (sociedade, fornecedores, distribuidores, agentes financeiros, clientes, concorrentes etc.). A preocupação e a pressão destes grupos de interesse, segundo os entrevistados, estão mais relacionadas à questão da qualidade do produto comercializado do que a processos e produtos ecologicamente corretos.

O fato de esses grupos de interesses não pressionarem diretamente as agroindústrias de derivados lácteos contribui para a demora de elas despertarem para a conscientização ambiental. O comportamento ambiental das empresas tende a melhorar na medida em que os grupos de interesse das agroindústrias estudadas ficarem mais atentos, cobrando e valorizando práticas ambientalmente corretas.

As empresas que se sentem pressionadas pela legislação para tornar seus produtos e métodos de produção ambientalmente corretos argumentam que as inovações adotadas para cumprir as regulamentações ambientais fazem com que elas utilizem seus insumos – matérias-primas, energia e trabalho – de modo mais produtivo, reduzindo custos e compensando muitos dos gastos com os investimentos ambientais. A imposição adequada de regulamentações ambientais pode induzir a inovações que irão ou podem, em parte ou totalmente, compensar os custos de ajustar-se a tais padrões. Assim, a preservação ambiental torna-se ao crescimento ao aumento da produtividade dos recursos utilizados na produção e, conseqüentemente, o aumento da competitividade da empresa.

Em apenas uma agroindústria, foi declarado que o importador observa e analisa o gerenciamento ambiental da empresa exportadora por meio de auditorias formais e informais. Este tipo de comportamento colabora para que a empresa procure se atualizar, ficando atenta para surgimento de produtos e processos que agridam menos o meio ambiente, além de aumentar a confiança da empresa.

Segundo Maimon (1994), a grande vantagem das auditorias é que estas permitem que as empresas tenham maior cuidado com o processo de produção, apontando vantagens e desvantagens, encorajando melhorias contínuas e induzindo o uso de tecnologias limpas.

Por enquanto, as agroindústrias, em sua maioria, se limitam a realizar o cumprimento da legislação nacional, servindo como base para atuação em mercados interno e externo, não existindo uma diferenciação entre as práticas ambientais adotadas.

A crescente inserção de derivados lácteos brasileiros no mercado externo, porém, ao mesmo tempo em que incentiva o melhoramento da gestão de processos das empresas faz com que os produtos sejam mais competitivos alertando para a preocupação de se manterem nos mercados já conquistados e criar outros. Isto porque a intensificação do processo de globalização

da economia mundial, e o conseqüente aumento dos fluxos de comércio internacional fazem com que as barreiras tarifárias sejam paulatinamente substituídas por barreiras não tarifárias.

4.2 Problemas ambientais gerados pela atividade produtiva

As empresas estudadas produzem grandes quantidades de resíduos, os quais receberam e, em alguns casos, ainda recebem tratamento inadequado, resultando em sérios danos ambientais, principalmente a poluição dos rios, ensejando conseqüências, tais como desequilíbrio ecológico, perda da qualidade de vida das pessoas que estão ao seu redor, inutilização dos rios como fonte de renda para produtores, entre outros.

Os principais resíduos que as empresas produzem são soro lácteo, resíduos sólidos, resíduos líquidos, lixo comum, sendo alguns destes passíveis de reaproveitamento ou de reciclagem. Com relação ao soro lácteo, quatro das seis empresas estudadas vendem para outras empresas, que têm como objetivo a fabricação de bebidas lácteas. Uma das empresas não gera este resíduo porque utiliza todo o leite para fabricação de seu produto e a outra gera soro lácteo, porém, o encaminha à Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).

A maioria das empresas estudadas possui estação de tratamento (ETE) em funcionamento, onde os resíduos líquidos devem passar por processo adequado para retornar à natureza. A única empresa que não possui estação de tratamento, por ocasião da pesquisa, estava com o projeto em andamento.

Duas empresas apenas possuem estação de tratamento específica para a água utilizada (ETA). Esta é uma prática menos comum, mesmo porque não faz parte das exigências da legislação vigente para a obtenção do licenciamento. Com relação aos resíduos sólidos, estes têm como destino final o reaproveitamento em forma de fertilizantes utilizados na terra para os produtores.

Todas as empresas estudadas fazem a separação de lixo reciclável e a maioria vende para sucateiros ou para empresas especializadas em reciclagem de material. Em geral, os materiais vendidos são papel, papelão, vidro e restos de embalagens de plástico. Esta prática é adotada há poucos anos (menos de dez) na maioria das empresas, tendo como objetivo principal a economia, por meio da redução de custos e, em segundo plano, a questão ambiental em si, relacionada à diminuição de resíduos que o meio ambiente tem que absorver. Em uma empresa, entretanto, o lixo volta a ser misturado sob a alegação da inexistência de coleta seletiva pública.

4.3 Práticas ambientais adotadas pelas agroindústrias

As agroindústrias de derivados lácteos, como pode ser observado no Gráfico 1, adotam várias práticas ambientais. A maioria das agroindústrias, porém, busca adotar práticas que tenham rápido retorno financeiro, ou seja, de baixo investimento ou que façam parte da legislação ambiental, tais como separação do lixo para venda de materiais recicláveis; reaproveitamento do lodo como fertilizante de solo para as empresas rurais; alertar os funcionários para a redução de custo da empresa por meio da economia de água e energia; programa de gestão ambiental próprio para acompanhar a legislação

ambiental e adoção de estação de tratamento de efluentes, a qual é necessária para funcionamento da agroindústria de acordo com a legislação.

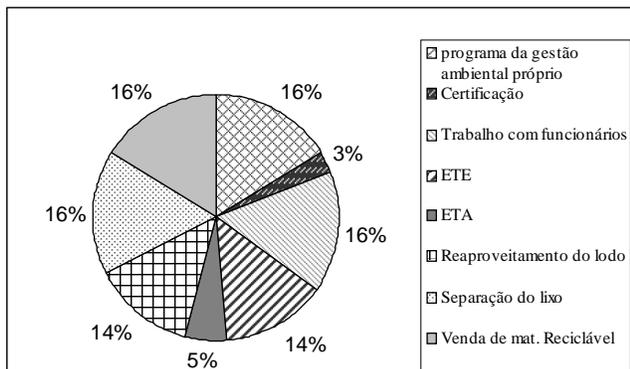


Gráfico 1: Práticas ambientais adotadas pelas agroindústrias exportadoras de derivados lácteos

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de os representantes das agroindústrias declararem a existência de sistemas de administração ambiental próprios, observou-se a inexistência do planejamento adequado nesse sentido. Para eles, o cumprimento da legislação é considerado como sinônimo da sistema de gestão ambiental. Um sistema de administração ambiental vai além do simples cumprimento da legislação, uma vez que envolve mudança na cultura, nos valores e nas atitudes dos indivíduos e da organização como um todo.

A adoção de práticas ambientais voluntárias é considerada importante instrumento em gestão e apenas três agroindústrias possuem tal comportamento. Uma delas possui certificação ISO 14001 e duas empresas possuem estação de tratamento para água, práticas que colaboram significativamente para a conservação do meio ambiente mesmo sem possuir retorno financeiro rápido. Nesta agroindústria certificada observou-se um intenso trabalho que aborda, principalmente, a questão da responsabilidade sócio-ambiental, por meio da construção de centro infantil e da conscientização ambiental com a comunidade.

Pôde-se observar que, de maneira geral, as agroindústrias não trabalham a responsabilidade ambiental em todos os setores das empresas, tais como áreas produtivas, operacionais, administrativas, serviços gerais etc. Elas ainda têm muito o que melhorar neste aspecto para que todos passem a ver as questões ambientais sob a mesma óptica e, então, surjam soluções criativas de toda a empresa, explorando-se as oportunidades de aproveitamento de rejeitos, substituição de insumos, eliminação de perdas nos processos, reciclagem, redução do consumo de energia, redução da geração de resíduos, mudanças tecnológicas etc.

Um outro aspecto relevante nos resultados é a relação entre a adoção de práticas ambientais e o porte das agroindústrias. As de médio a grande porte tendem a adotar mais práticas ambientais do que as de pequeno porte (Quadro 1).

Esta relação pode ser explicada pelo fato de a estação de tratamento de efluentes ser uma das práticas ambientais que necessita de grande investimento financeiro e, por isso, as em-

presas de porte menor, por possuírem baixo capital de giro, apresentam dificuldades em adquiri-las. Para que, no entanto, as agroindústrias estejam de acordo com a legislação vigente, sua aquisição é fundamental.

Porte	Empresa	Número de práticas
PEQUENO	Empresa A	5
	Empresa B	6
MÉDIO	Empresa C	6
	Empresa D	8
GRANDE	Empresa E	6
	Empresa F	8

Quadro 1: Número de práticas ambientais adotadas e porte das agroindústrias

Fonte: Dados da pesquisa.

Isto está relacionado ao elevado investimento financeiro necessário para o cumprimento da legislação do que ao nível de consciência ambiental. O Governo, entretanto, pelo projeto Minas Ambiente, oferece incentivos financeiros e técnicos às agroindústrias de pequeno e médio porte em Minas Gerais para melhorar em suas práticas de administração ambiental (Minas Ambiente/ CETEC, 2002). Referido projeto busca auxiliar essas empresas na implementação de opções tecnológicas mais adequadas ao processo produtivo e ao controle ambiental, além de fortalecer o papel das universidades e institutos de pesquisa.

É importante ressaltar que a responsabilidade ambiental também foi considerada como um dos principais motivos para a adoção de práticas ambientais, porém percebeu-se que esta responsabilidade ambiental não estava dissociada de aspectos empresariais (competitividade e imagem, principalmente).

A inserção no mercado externo é outro motivo para a adoção de práticas ambientais, porque, na opinião dos entrevistados, o Brasil ainda não tem tradição em exportar e o correto comportamento ambiental das agroindústrias está relacionado tanto à atuação em mercados com padrão ambiental mais rigoroso, como ao próprio cumprimento da legislação.

Diante do exposto, observa-se a necessidade de maior coordenação e organização das agroindústrias e da cadeia produtiva do leite, já que possui grande potencial para produção, gerando volume suficiente para suprir a demanda interna e gerar excedentes exportáveis; entretanto, a efetivação do potencial produzido é limitada pela falta de organização do setor.

Outro aspecto de fundamental importância é a qualidade do produto final, que melhora à medida que o mercado exige, reconhece e valoriza produtos com qualidade superior e na medida em que a própria agroindústria trabalha para atender as necessidades e desejos dos clientes.

Com relação às principais dificuldades e limitações enfrentadas pela adoção de práticas ambientais, as opiniões convergem em alguns aspectos. Os principais problemas encontrados estão ligados à burocracia, à morosidade dos órgãos certificadores e aos elevados custos de investimentos para a adoção de práticas ambientais, como a construção de estações de tratamento, dificultada pelo baixo capital de giro de

agroindústrias de porte menor. Alia-se a isto a necessidade da qualificação da mão de obra que, de acordo com as agroindústrias estudadas, ainda é um fator limitante, tanto no plano gerencial como operacional.

O setor industrial enfrenta algumas dificuldades nas relações com os órgãos ambientais. A maior dificuldade identificada pelas empresas é a demora na análise dos pedidos e, conseqüentemente, na emissão da licença ambiental. No que diz respeito à relação entre as indústrias e os órgãos ambientais, os requisitos da regulamentação ambiental, por vezes inadequadas e até excessivas, foram identificados como os maiores causadores de desgaste, ocasionando a desmotivação na preservação ambiental. Ainda há muito o que fazer e avançar tanto na iniciativa pública como na particular, para maior agilidade, qualidade e eficiência, sem comprometer o desenvolvimento econômico e social brasileiro (AMBIENTE BRASIL, 2007).

A imposição de padrões ambientais adequados pode estimular as agroindústrias à adoção de inovações que reduzem os custos totais de um produto ou aumentam seu valor, melhorando a competitividade das empresas e, conseqüentemente, do País. Assim, quando as agroindústrias são capazes de ver as regulamentações ambientais como um desafio, por exemplo, passam a desenvolver soluções inovadoras e, portanto, melhoram a sua competitividade; ou seja, além das melhorias ambientais, as regulamentações ambientais também reforçariam as condições de competitividade das agroindústrias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de as agroindústrias estudadas apresentarem falhas e deficiências nos seus SGA, os dados analisados revelam que elas estão agindo de maneira ambientalmente mais correta nos últimos anos, incluindo esta variável na gestão empresarial. Entre os motivos que explicam este comportamento, citam-se, principalmente, a busca pela administração ambiental, que gera a melhoria da imagem das agroindústrias diante dos seus clientes e da comunidade, a adaptação às exigências dos importadores, a redução de conflitos com órgãos de fiscalização ambiental e a diferenciação em relação aos concorrentes.

Apesar de as agroindústrias afirmarem que existe cobrança basicamente por parte da legislação brasileira, em relação à sua posição ambiental para atuar tanto no mercado interno como no externo, observa-se que outros grupos de interesse também influenciam na sua atitude. Ao relatarem os principais motivos, percebe-se que a concorrência e os clientes de vários países para os quais são exportados seus produtos se importam com as práticas ambientais adotadas, influenciando seu comportamento.

Quando as agroindústrias adotam práticas ambientais para poderem atuar em mercados externos, estão sofrendo pressão, sendo influenciadas, tendo que cumprir exigências ambientais, muitas vezes não formalizadas, para obtenção do diferencial competitivo.

A visão dos empresários tende a mudar, na medida em que ocorrem mudanças nas normas nacionais, competitividade internacional e valorização do meio ambiente pela sociedade em geral. Nesta pesquisa, observa-se que as agroindústrias têm práticas mais reativas, relacionadas essencialmente ao cumprimento

da legislação ambiental. A necessidade da adaptação às normas e leis como forma de obter vantagem competitiva, além de não sofrer penalidades por não-cumprimento, pode ser o primeiro passo em prol da verdadeira incorporação da consciência em favor do meio ambiente dentro das organizações agroindustriais.

A sociedade se informa e se conscientiza cada vez mais da importância da sustentabilidade do meio ambiente ou, pelo menos, das limitações que ela sofrerá pela sua degradação. Desta forma, a sociedade passa a cobrar das agroindústrias uma atitude mais proativa.

Donaire (1995) assevera que a lucratividade e a rentabilidade das empresas são fortemente influenciadas pela sua capacidade de antecipar e reagir às mudanças sociais, ambientais, econômicas e políticas, que ocorrem em seu ambiente de negócios. Ignorar essas tendências custa a muitas companhias grande quantidade de dinheiro e embaraços em sua imagem institucional.

Nesse sentido, as agroindústrias estudadas devem adotar tecnologias mais limpas, melhoria na eficiência produtiva por meio da gestão inovadora, redução da geração de resíduos e reciclagem de subprodutos do processo produtivo. São estas soluções mais definitivas, que reduzem efetivamente a quantidade de emissões e resíduos, aumentando a produtividade dos recursos, ocorrendo simultaneamente uma redução do impacto ambiental e uma melhoria do produto e/ou processo produtivo.

Nesta pesquisa observou-se que as preocupações ambientais das agroindústrias enfocadas estão relacionadas essencialmente aos aspectos legais e econômicos, sendo que a variável ambiental configura apenas o meio pelo qual os objetivos empresariais são atingidos.

Mais do que resolver problemas ambientais em benefício das agroindústrias (administração ambiental), entretanto, as empresas deveriam buscar obter uma administração ecológica, na qual se incorpora a variável ambiental por meio da conscientização da importância do meio ambiente, observando não apenas aspectos empresariais. A ausência deste tipo de conscientização por parte das pessoas e dos empresários – principalmente nas agroindústrias – e a falta de uma educação ambiental direcionada são fatores contrários à conservação dos recursos e à implantação de sistemas de qualidade. As próprias políticas para o setor agroindustrial deveriam incorporar a variável ambiental quando da sua elaboração, contribuindo para agregação de valor às exportações e melhorando a qualidade do meio ambiente. Também poderiam estimular a adoção voluntária de processos e produtos ecologicamente corretos.

Conforme Dias (2006b), na nova concepção de empresa, há a compreensão que a atividade econômica não deve se orientar somente por uma lógica de resultados, mas também pelo significado que esta adquire na sociedade como um todo. Cada vez mais a empresa é compreendida menos como uma unidade de produção, e mais como uma organização. E, como tal, é um sistema social, formado por um conjunto de pessoas que para ela convergem para alcançar determinados fins. Nesta perspectiva, o grupo social que constitui a organização deverá ter uma liderança que deve estabelecer e firmar objetivos éticos para orientar suas atividades. Assim, os empresários estão se conscientizando de que a empresa não é somente uma unidade

de produção e distribuição de bens e serviços que atendem a determinadas necessidades da sociedade, mas que deve atuar de acordo com uma responsabilidade social que se concretiza no respeito aos direitos humanos, na melhoria da qualidade de vida da comunidade e da sociedade mais geral e na preservação do meio ambiente natural.

6 REFERENCIAL

ALENCAR, E.; GOMES, M.A.O. *Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo*. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212p.

ALENCAR, E. ; SANTO, L. S. E. ; MATOS, W. ; FONSECA, W. M. . Potencial agroindustrial para o desenvolvimento de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL, 3, 1999, Belo Horizonte. *Anais...*Belo Horizonte: ABAR, 1999. v. 1. p. 381-393.

AMBIENTE BRASIL. *A indústria e o meio ambiente*. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/artigos/industria.html>>. Acesso em 10 maio 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. *NBR ISO 14004 – 14004 – 14010 – 14011 E 14012*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

BARBIERI, J.C. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*, São

Paulo: Saraiva, 2006

CAJAZEIRA, J.E.R. *ISO 14000: manual de implantação*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

CALLENBACH, E. et al. *Gerenciamento ecológico*. São Paulo: Cultrix, 1993. 203 p.

CASTRO, M.C.D.E. et al. *Desenvolvimento sustentável e novos paradigmas para o agronegócio do leite*. Disponível em: <http://www.terraviva.com.br/servicos_estudos.htm> Acesso: em 16 fev. 2004.

CERTIFICAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL. *Certificação e gestão ambiental*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sqa/portprisc/certific.html>> Acesso em: 20 jan. 2004.

DIAS, Reinaldo. *A expressão da economia ambiental*. São Paulo: Atlas, 2006a.

DIAS, Reinaldo. *Os Sistema de Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2006b.

DONAIRE, D. *Gestão ambiental na empresa*. São Paulo: Atlas, 1995.

FARIA, H.M. *Uma discussão a respeito dos benefícios econômicos da gestão ambiental*. EFEI. 2000. Dissertação (Mestrado em engenharia da produção)- Itajubá. Disponível em: < <http://www.iem.efei.br/edson/download/disshele.doc>> Acesso em: 15 jul.2003.

FURTADO, J.S. *Auditorias, sustentabilidade, ISO 14000 e produção limpa: limites e mal entendidos*. Disponível em: <www.vanzoline.org.br/areas/desenvolvimento/producaolimpa> Acesso em: 10 set. 1998.

KITAMURA, P.C. As novas tendências mundiais para busca de sustentabilidade na agropecuária mundial. In: _____. *Gestão ambiental e políticas para o agronegócio do leite*. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p.105-109.

MACHADO, R. M. G. et al. *Controle ambiental em pequenas e médias indústria de laticínios – Projeto Minas Ambiente*. Belo Horizonte: SEGRAC 2002. 224p.

MAIMON, D. *Ensaio sobre economia do meio ambiente*. Rio de Janeiro: APED, 1992.

MAIMON, D. Eco-Estratégia nas empresas brasileiras: realidade ou discurso? *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.34, n.4, p.119-130. jul./ago. 1994.

MATTAR, F.N. *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução, análise*. São Paulo: Atlas, 1993. v.1, 350p.

MONTEIRO, C.A.F.A. *A questão ambiental no Brasil: 1960 – 1980*. São Paulo: IGBOG/USP, 1981 (Teses e Monografias, 42).

NASCIMENTO, L. F. M.; POLEDNA, S. R. C. *O processo de implantação da ISO 14000 em empresas brasileiras*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22, 2002, Curitiba. Anais...Coritiba: ABEPRO, 2002.

PORTER, Michael E. *Competição, on competition: estratégias competitivas essenciais*. Rio

de Janeiro: Campus, 1999.

PORTER, Michael E. *Estratégia Competitiva*, Rio Janeiro, Campus, 1991.

RODRIGUES, C.I.; BATALHA, M.O.; NEVES, M.R. *A adoção da eco-estratégia no setor sucroalcooleiro: a produção de açúcar orgânico*. Disponível em: <<http://www.gepai.dep.ufscar.br/gepai36.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2004.

SILEMG. Setor de laticínios perde margens com excesso de oferta no mercado. *Boletim Informativo*, n.141, jan. 2004. Acesso em 16/ fev. 2004. Disponível em: <<http://www.silemg.com.br/boletim/boletim.asp>>.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL. *Sistema de gestão ambiental*. Disponível em: <www.sebrae-sc.com.br/sebraetib/conceitos/certificacao/sisambiental.html>. Acesso em: 21 jan. 2004.

SOUSA, C.R. *Dinâmica e gestão ambiental em Agroindústrias: uma análise sob a ótica da teoria das representações sociais*. 2003. 173p. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras. Lavras.

SEIFFERT, M. E. B. *ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental: Implantação objetiva e econômica*. 2ªed., São Paulo: Atlas, 2006.

YOUNG, C.E.F.; LUSTOSA, M.C.J. *Meio ambiente e competitividade na indústria brasileira*. Acesso em: 01fev. 2004. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/200104rj/art10Young%20Lustosa.PDF>>.

